



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÕES PERMANENTES

CÓDIGO:

FQ-COTEC-052-00

MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA EMISSÃO:

12/04/2016

DATA REVISÃO:

12/04/2016

ITEM NORMA:

7.2

COMISSÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

| | | |
|---|----------------------------|---|
| EVENTO: Audiência Pública | DATA: 09 05 DE 2017 | LOCAL: Auditório 1 dep. Manoel Castro e 3 dep. Castelo de Castro |
| | HORA: 14: 30 min | |
| EMENTA: Campanha: Faça a Diferença! Dê Oportunidade: Ninguém Nasce Infrator | | |
| REQUERENTE: deputado Renato Roseno | | |
| PRESIDENTE: deputado Renato Roseno | | |
| DEPUTADOS (AS) PRESENTES: deputado Renato Roseno | | |
| PARTICIPANTES DA MESA: deputado Renato Roseno, Francerina Araújo, Dr. Eduardo Sena, Mara Carneiro, Dra. Luciana Amaral Dra. Nadja Bortolotti e Dr. Antonio Lima | | |
| ENTIDADES REPRESENTADAS: Pastoral do Menor, SEAS, Fórum DCA, NADIJ, CEDCA e Ministério Público do Trabalho. | | |
| SÍNTESE DAS MANIFESTAÇÕES: | | |
| <p>A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará realizou audiência pública, na sede do Poder Legislativo, para apresentar a campanha “Faça a Diferença! Dê Oportunidade, Ninguém Nasce Infrator”. Autor do requerimento, o deputado Renato Roseno afirmou que o objetivo do debate é buscar reformas. “Há mudanças exitosas com as medidas socioeducativas. Mas, apresentar uma campanha da Pastoral do Menor é um desafio gigantesco”, admitiu o parlamentar.</p> | | |
| <p>Representante da Pastoral do Menor, Francerina Araújo enfatizou que o foco da campanha é prevenir, mobilizar e conscientizar a sociedade e o poder público em relação às medidas socioeducativas e à redução da maioria penal. “A gente quer informar as pessoas, fazer roda de conversas e oficinas argumentativas”, ilustrou.</p> | | |
| <p>Francerina Araújo explicou porque o símbolo da campanha da pastoral é um quebra-cabeça, que segundo ela se articula dentro da dimensão humana. “É a ideia de transformar”, resumiu, para depois prosseguir: “É um mito adolescentes serem</p> | | |



responsáveis pelos maiores índices de homicídio. É apenas dez por cento, e é contra o patrimônio, não contra a vida”, esclareceu. Para a representante da Pastoral do Menor, o importante na discussão é acompanhar o histórico das crianças e adolescentes. “O adolescente não nasce infrator”, pontuou.

Na condução da audiência pública, o deputado Renato Roseno afirmou que se faz necessário pensar no início da escala, exigindo-se políticas públicas, quando da vigilância e fiscalização da sociedade civil. “Temos uma dívida gigantesca, com parâmetros pedagógicos de execução”, justificou.

Corregedor da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas), Eduardo Sena informou que o órgão público vem trabalhando o reordenamento do sistema, inclusive no setor de triagem, com o objetivo de evitar que os adolescentes não ingressem no sistema fechado. “A gente vem percebendo uma redução muito drástica nos maus tratos”, completou.

A representante do Fórum dos Direitos da Criança e Adolescente (DCA), Mara Carneiro, reiterou a relevância da campanha. “É muito importante o trabalho que a Pastoral do Menor vem realizando, com o relatório de monitoramento das medidas socioeducativas. Temos de lutar pelos direitos infanto-juvenis”, defendeu.

Mara Carneiro citou supostas divergências entre dados oficiais do Governo do Estado e da Prefeitura de Fortaleza. Segundo a representante do DCA, enquanto o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) do bairro Mucuripe, mostra 219 atendimentos, a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setras) aponta 110 ocorrências do tipo.

Supervisora do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei (Nadij), Luciana do Amaral chama a atenção para a eficiência do atual modelo em vigor. “O problema é o descrédito das medidas de meio aberto”, disse.

“Um das fragilidades é acreditar que as medidas de meio aberto não funcionam”, afirmou Nadja Bortolotti, do Centro Estadual dos Direitos da Criança e do

Adolescente (Cedca). Segundo ela, a entidade vem discutindo com representantes do Estado do Ceará, a partir da provocação do Fórum DCA.



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÕES PERMANENTES

CÓDIGO:

FQ-COTEC-052-00

MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA EMISSÃO:

12/04/2016

DATA REVISÃO:

12/04/2016

ITEM NORMA:

7.2

Dr. Antonio Lima, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, destacou a preocupação da entidade com a capacitação de jovens aprendizes. “Muitas empresas não cumprem a cota. Argumentam dificuldades”, exemplificou. Para ele, é necessário mais preparo do Estado e municípios para enfrentar o desafio, com base no diálogo entre poder público e empresas. “Precisa-se apoiar financeiramente para que as ações sejam eficazes”, declarou.

Na conclusão da audiência pública, o deputado Renato Roseno reiterou a importância da Cartilha da Pastoral do Menor. “Está na lei. É necessário efetivar. Temos de aumentar a oportunidade e construir outro tipo de ressocialização, para se permitir o aprendizado”, sublinhou o parlamentar.

ELABORADO POR: Jamile Carvalho da Silva Sousa